

AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN



SUA PROVA

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:
o cartão-resposta das questões objetivas.



TEMPO

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo. **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões. Faltando **30 minutos** para o fim da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;
Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;
Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;
Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;
Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
Boa sorte!

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2511037968M

TIPO DE MATERIAL::

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Controladoria-Geral do Estado de São Paulo
CGE SP

ÁREA:

Auditor Estadual de Controle

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

Área - Auditoria

MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

11/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

11/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

2511037968M – CGE SP - 2º Simulado - Auditor Estadual de Controle - Área 1: Auditoria (Pós-edital)

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

1

“Vivemos um tempo em que a informação é abundante, mas o conhecimento é escasso.

Multiplicam-se as vozes, os dados e as opiniões — contudo, raramente se ouve o silêncio da reflexão. A avalanche de conteúdos pode iluminar ou confundir, dependendo de quem lê, e de como lê.” (autor fictício)

Com base na leitura do texto e na **decodificação dos diferentes tipos de mensagem** nele presentes, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto tem caráter puramente informativo, pois descreve de maneira objetiva a relação entre informação e conhecimento.
- (B) A principal intenção comunicativa é instruir o leitor quanto ao uso criterioso das fontes de informação.
- (C) O uso de metáforas (“avalanche de conteúdos”, “silêncio da reflexão”) compromete a clareza da mensagem, afastando-a de um propósito argumentativo.
- (D) O texto constrói uma **mensagem predominantemente reflexiva e argumentativa**, em que os recursos figurativos reforçam a crítica à superficialidade da leitura contemporânea.
- (E) A oposição entre “informação” e “conhecimento” é meramente aparente, pois o texto trata ambos os conceitos como equivalentes no contexto digital.

2

Leia o fragmento a seguir:

“No tempo das cartas, escrevíamos para nos demorar. Hoje, digitamos para não perder tempo. A tecnologia aperfeiçoou a comunicação — e empobreceu a conversa.”

(autor fictício)

Considerando o conteúdo e os efeitos de sentido do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O fragmento expressa uma **crítica irônica à aceleração contemporânea**, contrapondo a profundidade afetiva das antigas práticas de comunicação ao imediatismo tecnológico atual.
- (B) O texto tem caráter informativo, pois descreve de modo neutro a evolução dos meios de comunicação ao longo do tempo.
- (C) O enunciado apresenta tom nostálgico, mas defende explicitamente a superioridade dos recursos digitais como forma de comunicação.

- (D) O uso da antítese “escrevíamos para nos demorar / digitamos para não perder tempo” tem apenas valor ornamental, sem implicar contraste semântico relevante.
- (E) O texto celebra o avanço tecnológico e reconhece que a eficiência comunicativa supera qualquer perda emocional.

3

“Vivemos cercados de telas que refletem o mundo — mas raramente o iluminam.

Confundimos visibilidade com relevância e confundimos ruído com voz.” (autor fictício)

Considerando a **decodificação dos diferentes tipos de mensagem** e os efeitos de sentido do fragmento, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto é predominantemente descritivo, pois apresenta uma enumeração neutra dos recursos tecnológicos que cercam a vida moderna.
- (B) O fragmento constrói uma **mensagem crítica e metafórica**, em que as “telas” simbolizam a exposição excessiva e a superficialidade das interações contemporâneas.
- (C) O uso da antítese “visibilidade / relevância” compromete a clareza do texto, gerando ambiguidade quanto ao sentido do termo “ruído”.
- (D) O enunciado propõe uma valorização da tecnologia digital como forma de ampliar a voz e o alcance do indivíduo moderno.
- (E) A mensagem tem caráter predominantemente informativo, pois busca conscientizar o leitor sobre o funcionamento técnico das mídias digitais.

4

Leia o fragmento a seguir:

“Nas redes sociais, todos falam — poucos escutam.

O diálogo transformou-se em vitrine, e a escuta, em ruído de fundo.

O excesso de palavras não produz mais sentido, apenas cansaço.”

(autor fictício)

Considerando os **processos de construção de significados** no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto se constrói sobre um processo de descrição objetiva, cuja função é retratar de forma neutra o ambiente digital contemporâneo.
- (B) O contraste entre “falam” e “escutam” sugere neutralidade discursiva, sem atribuição de valor crítico às ações mencionadas.
- (C) O fragmento expressa uma defesa da liberdade de expressão nas redes, ao destacar a multiplicidade de vozes como forma de pluralidade democrática.

- (D) A sequência “o diálogo transformou-se em vitrine, e a escuta, em ruído de fundo” constitui mera exemplificação sem papel argumentativo.
- (E) O texto organiza seu sentido por meio de **oposições semânticas e metáforas avaliativas**, construindo um argumento crítico sobre a perda de autenticidade na comunicação contemporânea.

5

“Nas discussões públicas, há quem fale muito e comunique pouco. A clareza das palavras não garante a compreensão das ideias, assim como a abundância de dados não assegura a verdade.” (*autor fictício*)

Considerando as **características básicas da textualidade**, assinale a alternativa correta.

- (A) O texto é coerente apenas porque apresenta conectores adequados, sendo a coesão suficiente para garantir a clareza do sentido.
- (B) A textualidade do fragmento depende exclusivamente da progressão temática, uma vez que o texto não apresenta elementos de coerência semântica.
- (C) A **coesão e a coerência atuam de modo complementar**, sustentadas por princípios de **intencionalidade** (crítica à comunicação superficial) e **situacionalidade** (contexto da comunicação pública).
- (D) A falta de conectivos explícitos compromete a coesão do texto, tornando-o incoerente e fragmentado.
- (E) A clareza vocabular é o único critério de textualidade relevante no fragmento, pois garante a objetividade da mensagem.

6

“A confiança é construída em silêncio, mas a desconfiança grita. Entre o verbo e o adjetivo, mora a diferença entre prometer e cumprir.” (*autor fictício*)

Considerando as **estruturas linguísticas empregadas na construção da mensagem** e o papel das **classes de palavras** na produção de sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) O uso do substantivo “silêncio” funciona como adjetivo, qualificando o termo “confiança” e estabelecendo uma relação de dependência direta entre os dois.
- (B) O verbo “mora” foi empregado de forma denotativa, indicando ação concreta de deslocamento espacial.
- (C) A oposição entre “verbo” e “adjetivo” é apenas morfológica, sem implicar contraste semântico ou argumentativo.
- (D) A palavra “grita” desempenha função nominal, pois expressa qualidade e não ação.
- (E) A escolha lexical e a estrutura frasal produzem um **efeito de contraste semântico entre classes distintas (substantivo, verbo, adjetivo)**, revelando a dimensão simbólica da linguagem e seu papel na construção de significados abstratos.

7

Leia o fragmento a seguir: “Prometer é fácil; cumprir, raro. A diferença entre o verbo e a ação está no silêncio entre uma palavra e outra.” (*autor fictício*)

Considerando o emprego das **classes de palavras** e seu papel na **construção da mensagem**, assinale a alternativa correta.

- (A) A oposição entre o **verbo “prometer”** e o **substantivo “ação”** revela a diferença entre **linguagem e prática**, conferindo ao texto valor argumentativo e reflexivo.
- (B) O termo “silêncio” atua como verbo de ligação, conectando dois predicativos e mantendo a harmonia sintática do período.
- (C) O uso do adjetivo “raro” indica qualidade do verbo “cumprir”, funcionando como adjunto adnominal.
- (D) A repetição de “palavra” confere caráter redundante ao texto, sem implicação semântica relevante.

8

Em uma reunião de trabalho, o gestor precisa **solicitar** a um servidor que entregue um relatório até o fim do dia, mas deseja **preservar a cortesia e evitar um tom autoritário**.

Considerando o princípio da **pragmática da linguagem** — isto é, a adequação da mensagem ao contexto, à intenção comunicativa e à relação entre os interlocutores —, assinale a frase que melhor expressa essa intenção.

- (A) “Você poderia, por gentileza, encaminhar o relatório até o fim do dia?”
- (B) “Encaminhe o relatório até o fim do dia, pois é obrigação sua cumprir prazos.”
- (C) “Preciso do relatório imediatamente, sem desculpas.”
- (D) “O relatório deve estar pronto, mesmo que você tenha outros compromissos.”
- (E) “Caso não entregue o relatório hoje, falaremos com a chefia sobre sua responsabilidade.”

9

Em um relatório administrativo, o analista precisa substituir uma palavra por outra **de sentido equivalente**, mantendo o tom formal e o significado original.

Assinale a alternativa que apresenta uma **substituição semanticamente adequada**.

- (A) O gestor **ratificou** o erro da equipe, confirmando a necessidade de retrabalho.
- (B) O parecer foi considerado **eminente**, pois apresentava grande risco para a administração.
- (C) O servidor foi **retido** do cargo após a apuração das denúncias.
- (D) A comissão **retificou** o documento, corrigindo as informações equivocadas.
- (E) A auditoria apresentou um relatório **flutuante**, pois estava sujeito a revisões posteriores.

10

Durante uma prova discursiva, o candidato deveria **relatar um acontecimento recente na empresa, descrever brevemente o ambiente de trabalho** e, por fim, **defender uma proposta de melhoria**.

Entre as opções a seguir, assinale a que melhor demonstra o domínio dos **modos de organização discursiva** solicitados na tarefa.

- (A) “A empresa é um espaço agradável, com profissionais competentes. Isso mostra que o gestor sempre busca resultados melhores.”
- (B) “Ontem, durante a reunião trimestral, apresentei os relatórios de desempenho. A sala estava silenciosa e todos observavam atentos; ao final, defendi a criação de metas mais realistas para o próximo ciclo.”
- (C) “A criação de metas realistas é fundamental para a produtividade das empresas, como comprovam inúmeros estudos de gestão.”
- (D) “O ambiente de trabalho exige dedicação e planejamento. Por isso, é essencial que todos colaborem para o sucesso da equipe.”
- (E) “Os resultados mostram avanços importantes, embora ainda seja necessário discutir novas estratégias de comunicação.”

11

Em um parecer técnico, o servidor precisa comunicar ao gestor que **o atraso na entrega do relatório decorreu da necessidade de revisar dados inconsistentes**, mantendo **clareza, objetividade e tom formal**.

Assinale a frase **cuja organização sintática é mais adequada** a esse contexto comunicativo.

- (A) “O relatório atrasou porque a equipe quis revisar, e isso acabou tomando um tempo considerável.”
- (B) “A revisão dos dados inconsistentes acabou atrasando a entrega do relatório, o que exigirá compreensão da chefia.”
- (C) “O atraso na entrega do relatório ocorreu em razão da necessidade de revisão dos dados inconsistentes.”
- (D) “Por conta dos problemas que surgiram, o relatório ficou para depois, pois foi preciso revisar tudo.”
- (E) “Como os dados estavam errados, o relatório acabou não saindo no prazo.”

12

Durante uma reunião institucional, o presidente de uma autarquia utilizou uma frase de impacto para encerrar o encontro.

A intenção era **reforçar a necessidade de ação concreta, evitando discursos vazios**, mas com **linguagem elegante e simbólica**, sem agressividade.

Entre as opções a seguir, assinale a frase que **melhor traduz essa intenção comunicativa**, considerando a distinção entre **linguagem lógica e figurada**.

- (A) “Precisamos executar o que foi planejado, sem qualquer atraso.”
- (B) “A partir de agora, falaremos menos e trabalharemos mais.”
- (C) “As palavras ditas hoje serão cobradas amanhã.”
- (D) “Planejar é fundamental, mas planejar sem agir é desperdiçar energia.”
- (E) “Chegou o momento de transformar promessas em tijolos e discursos em pontes.”

Língua Inglesa

Roberto Witte

TEXT I

Auditing in the public and private sectors

Auditing, a crucial process for ensuring financial integrity and *accountability*, takes on distinct forms in the public and private sectors. Private sector auditing, primarily conducted by independent firms, focuses on the financial statements of companies. Its main objective is to provide assurance to shareholders, creditors, and other stakeholders that the financial information presented is reliable and adheres to accounting standards. The scope is typically defined by the needs of the business and its investors, concentrating on profitability, efficiency, and compliance with regulations relevant to the specific industry.

Public sector auditing, on the other hand, is carried out by government agencies, such as the Tribunal de Contas in Brazil. Its scope is much broader, encompassing not only financial audits but also performance audits and compliance audits of government entities. The primary aim is to ensure the efficient and effective use of public funds, promote transparency, and hold public officials accountable for their decisions. This involves assessing whether government programs and projects are achieving their intended goals and complying with laws and regulations.

While both types of auditing share the fundamental principles of independence, objectivity, and professional skepticism, their focus and stakeholders differ significantly. Private sector audits are driven by the need to assess financial performance and risk for investors, whereas public sector audits prioritize the responsible management of public resources and the *accountability* of government. Understanding these differences is essential for anyone interested in a career in either field.

13

What is the primary goal of private sector auditing?

- (A) To ensure the efficient use of public funds.
- (B) To provide assurance to shareholders about financial reliability.
- (C) To assess the performance of government programs.
- (D) To promote transparency in government.
- (E) To hold public officials accountable.

14

Who typically conducts private sector audits?

- (A) Government agencies.
- (B) The Tribunal de Contas.
- (C) Independent firms.
- (D) Public officials.
- (E) The general public.

15

What is a key focus of public sector auditing?

- (A) The efficient and effective use of public funds.
- (B) Compliance with industry-specific regulations.
- (C) Profitability and efficiency of companies.
- (D) Providing assurance to shareholders.
- (E) Meeting the needs of investors.

16

Which of the following is NOT a type of audit commonly performed in the public sector?

- (A) Financial audits.
- (B) Performance audits.
- (C) Compliance audits.
- (D) Efficiency audits.
- (E) Risk Audits.

17

What principle is shared by both public and private sector auditing?

- (A) Focus on profitability.
- (B) Focus on the needs of investors.
- (C) Independence, objectivity, and professional skepticism.
- (D) Emphasis on government regulations.
- (E) Concern with the efficient use of public funds.

18

What is one of the main downsides of social media mentioned in the first paragraph?

- (A) It facilitates global communication.
- (B) It promotes the spread of misinformation.
- (C) It increases face-to-face interactions.
- (D) It strengthens trust in traditional institutions.
- (E) It reduces feelings of inadequacy.

19

According to the text, what can the emphasis on online validation lead to?

- (A) Increased self-esteem.
- (B) A deeper understanding of relationships.
- (C) A distorted perception of self-worth.
- (D) More frequent face-to-face interactions.
- (E) A decrease in anxiety.

20

What is an "echo chamber" as described in the text?

- (A) A situation where users are exposed to information confirming their beliefs.
- (B) A platform that promotes critical thinking.
- (C) A place where people share diverse perspectives.
- (D) A way to strengthen trust in social media platforms.
- (E) A method to filter out misinformation.

Fundamentos de Auditoria Governamental

Ismael Noronha

21

São partes legítimas para, na forma da lei, denunciar irregularidades ao Tribunal de Contas ou à Assembleia Legislativa, exceto:

- (A) cidadãos
- (B) partidos políticos
- (C) sindicatos
- (D) associações
- (E) fundações

22

Constituem o campo funcional da Controladoria Geral do Estado, exceto:

- (A) a defesa do patrimônio público, controle interno, a realização da Auditoria Interna Governamental, da Correição, da Prevenção e do Combate à Corrupção, das atividades de Ouvidoria, da promoção da Integridade Pública e do incremento da transparência no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado.
- (B) a proposição de medidas legislativas ou administrativas e a recomendação de ações para evitar a repetição de irregularidades constatadas.
- (C) o exercício da função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.
- (D) o recebimento de denúncias de irregularidades, ilícitos administrativos e de ações ou omissões lesivas à Administração Pública estadual.
- (E) o acompanhamento da execução dos planos, programas, ações e atividades constantes das peças orçamentárias do Estado.

23

São atribuições exclusivas do Controlador Geral do Estado as seguintes, exceto:

- (A) zelar pelo uso adequado e conservação dos equipamentos e materiais e pela economia do material de consumo.
- (B) assistir o Governador no desempenho de suas funções.
- (C) detalhar, mediante Resolução, o funcionamento e as atribuições das unidades integrantes da estrutura da Controladoria Geral do Estado.
- (D) coordenar, orientar e acompanhar as atividades das unidades integrantes da estrutura da Controladoria Geral do Estado.
- (E) criar comissões e grupos de trabalho.

24

Segundo a LC 1.419/24, os seguintes órgãos integram a estrutura básica da Controladoria Geral do Estado de SP, exceto:

- (A) Gabinete do Controlador Geral do Estado.
- (B) Auditoria Geral do Estado.
- (C) Subsecretaria Geral do Estado.
- (D) Subsecretaria de Combate à Corrupção.
- (E) Subsecretaria de Integridade.

25

Assinale a alternativa que **não corresponde** a uma atribuição dos Auditores Estaduais de Controle, conforme suas competências legais:

- (A) Auditoria interna governamental, correição, ouvidoria, promoção de integridade, transparência, prevenção e combate à corrupção na Administração Pública.
- (B) No âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, o acompanhamento do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e do orçamento do Estado, da análise da qualidade do gasto público e da avaliação da gestão dos administradores públicos.
- (C) No âmbito do órgão central do Sistema de Correedoria do Poder Executivo, as atividades relacionadas à prevenção e à apuração de irregularidades na Administração Pública.
- (D) Coordenação, supervisão e orientação das atividades da Controladoria-Geral do Estado.
- (E) A realização de estudos e trabalhos técnicos que promovam o incremento da transparência pública, a participação da sociedade civil e o fortalecimento do controle social.

26

Sobre o erro e a fraude, marque a incorreta.

- (A) Os atos e os fatos considerados ilegais ou irregulares podem constituir erro ou fraude.
- (B) Fraudes são quaisquer atos ilegais caracterizados por desonestidade, dissimulação ou quebra de confiança. De acordo com a NBC TA 240, a fraude é “o ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal”.
- (C) O erro é um ato não voluntário, não intencional, resultante de omissão, desconhecimento, imperícia, imprudência, negligência, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de documentos, registros ou demonstrações. Nesses casos, verifica-se apenas culpa, pois não está caracterizado o dolo ou a intenção de causar dano.

- (D) A intenção do agente é um fator irrelevante para a distinção entre fraude e erro.
- (E) A apuração de erro é cabível quando os elementos e informações disponíveis a respeito dos atos ou fatos considerados ilegais ou irregulares indicarem que foram praticados de forma não intencional por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos estaduais.

27

A avaliação e a consultoria são as duas vertentes típicas da atividade de auditoria interna. Ambas se complementam para atingir o objetivo de agregar valor às organizações. Assinale a alternativa que **não corresponde** a uma etapa da avaliação no âmbito da atividade de auditoria interna.

- (A) Melhoramento.
- (B) Monitoramento.
- (C) Comunicação.
- (D) Execução.
- (E) Planejamento.

28

Sobre o relatório de auditoria, marque a alternativa **incorreta**.

- (A) O relatório consiste em um documento técnico por meio do qual a UAIG comunica os objetivos do trabalho, a extensão dos testes aplicados, as conclusões obtidas, as recomendações emitidas e os planos de ação propostos.
- (B) O relatório de auditoria também pode comunicar opiniões gerais, as quais podem ser fornecidas como parte de um relatório individual ou, a depender do trabalho, constituir o conteúdo único de um relatório.
- (C) Um relatório de forma breve pode ser utilizado nos casos em que os exames não tenham revelado nenhuma anormalidade (casos em que há uma perfeita identidade entre critério e condição), ou nos casos em que se considerar que somente os aspectos de não conformidade devam ser relatados.
- (D) O relatório deve seguir um padrão único para garantir a uniformidade das atividades da CGE-SP.
- (E) A forma mais conhecida de relatório é a forma longa, destinada a garantir seu completo entendimento por qualquer leitor com conhecimento razoável sobre o assunto

29

Os requisitos éticos representam valores aceitáveis e esperados em relação à conduta dos auditores internos governamentais, promovendo uma cultura ética e íntegra em relação à prática da atividade de auditoria interna. Com base nisso, assinale a alternativa que **não** representa um requisito ético a ser observado no desempenho das atividades da CGE-SP.

- (A) Integridade e comportamento.
- (B) Eficiência e eficácia.
- (C) Autonomia técnica e objetividade.
- (D) Sigilo Profissional.
- (E) Proficiência e Zelo Profissional.

30

No planejamento do trabalho de auditoria, devem ser considerados todos os aspectos relevantes para sua execução. Assinale a alternativa que **não** é destacada pelo referencial técnico entre esses aspectos.

- (A) A disponibilidade de recursos humanos e financeiros suficientes para a realização das atividades.
- (B) A oportunidade de realização do trabalho em face da existência de dados e informações confiáveis, a disponibilidade de auditores com conhecimentos e habilidades específicas e a inexistência de impedimentos para a execução.
- (C) A adequação e a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada, comparativamente a uma estrutura ou modelo compatível e as oportunidades de se promover melhorias significativas em seus processos com eventual eliminação de controles ineficazes, contribuindo para o ganho de eficiência e melhoria dos serviços e produtos entregues.
- (D) Os riscos significativos a que a Unidade Auditada está exposta e as medidas de controle pelas quais a probabilidade e o impacto potencial dos riscos são mantidos em níveis aceitáveis.
- (E) Os objetivos e as estratégias da Unidade Auditada e os meios pelos quais o seu desempenho é monitorado.

31

Os serviços de consultoria compreendem as seguintes atividades, exceto:

- (A) assessoramento, aconselhamento, treinamento e facilitação.
- (B) assessoramento, aconselhamento, treinamento e monitoramento.
- (C) aperfeiçoamento, facilitação, treinamento e monitoramento.
- (D) assessoramento, aperfeiçoamento, treinamento e monitoramento.
- (E) aperfeiçoamento, aconselhamento, treinamento e monitoramento.

32

O Plano de Auditoria Interna é o documento no qual são registradas as atividades que a UAIG pretende desenvolver em um determinado período, normalmente um ano. Deve ser baseado em riscos, o que significa que sua principal finalidade deve ser garantir que a Unidade de Auditoria Interna Governamental concentre seus trabalhos nos objetos de auditoria com maior exposição a ameaças que possam afetar o alcance dos seus objetivos, ou seja, os de maior risco. Para o desenvolvimento do plano baseado em riscos, é recomendável que a UAIG observe as seguintes etapas, exceto:

- (A) entendimento da Unidade Auditada.
- (B) definição do universo de auditoria.
- (C) avaliação da maturidade da gestão de riscos.
- (D) seleção dos trabalhos de auditoria com base em riscos.
- (E) limites orçamentários e humanos.

Direito Constitucional**Rafael de Oliveira****33**

A respeito dos fundamentos e dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) O pluralismo político é considerado um objetivo fundamental da República, voltado à promoção da diversidade ideológica e partidária.
- (B) A soberania e a cidadania são princípios de organização dos Poderes da República, e não fundamentos do Estado Democrático de Direito.
- (C) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais constituem objetivos fundamentais do Estado brasileiro.
- (D) A dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho são princípios apenas da ordem econômica, conforme o texto constitucional.
- (E) O desenvolvimento nacional é princípio norteador apenas da política externa brasileira.

34

Com base nos artigos 1º e 2º da Constituição Federal, assinale a alternativa que expressa o princípio republicano.

- (A) O poder político é exercido exclusivamente por representantes eleitos, sem possibilidade de participação direta do povo.
- (B) A separação dos Poderes é substituída pela supremacia do Legislativo sobre os demais.
- (C) A República Federativa do Brasil se organiza sob a forma de Estado unitário, garantindo a centralização administrativa.
- (D) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.
- (E) O Poder Judiciário, como poder soberano, tem a função de fiscalizar os demais poderes e exercer a soberania popular.

35

Com base na Constituição do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta quanto à organização dos Poderes e dos símbolos estaduais.

- (A) O Poder Judiciário poderá delegar atribuições ao Poder Executivo, desde que mediante autorização legal específica.
- (B) É permitido que um cidadão, investido na função de um dos Poderes, exerça simultaneamente função em outro, sempre que houver compatibilidade de horários.
- (C) São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, sendo vedada a delegação de atribuições entre eles.
- (D) O Município de Campinas é a Capital do Estado de São Paulo, conforme disposto na Constituição Estadual.
- (E) São símbolos do Estado a bandeira, o brasão, o hino e o selo oficial do Governo.

36

Com base no artigo 19 da Constituição do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta sobre a competência legislativa da Assembleia Legislativa.

- (A) A Assembleia Legislativa poderá instituir impostos e taxas municipais mediante autorização do Governador do Estado.
- (B) Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador, dispor sobre o sistema tributário estadual, instituindo impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- (C) As operações de crédito e empréstimos externos são de competência exclusiva do Poder Executivo, não cabendo deliberação legislativa.
- (D) A criação e extinção de Secretarias de Estado são de competência exclusiva do Governador, independentemente de autorização legislativa.
- (E) A alienação de bens imóveis do Estado prescinde de autorização legislativa quando destinada a particulares para uso específico.

37

Durante uma aula de Direito Constitucional, o professor propôs o seguinte caso hipotético:

O Estado de Sol Nascente, visando ao aumento de sua arrecadação, editou uma lei instituindo imposto sobre grandes fortunas, argumentando que o texto constitucional não impede os Estados de exercerem competência tributária suplementar quando a União não o faz. Um grupo de contribuintes ingressou com ação direta de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça local, alegando usurpação de competência.

Diante da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado de Sol Nascente agiu dentro de sua competência residual, podendo criar tributos não previstos expressamente na Constituição Federal.
- (B) O imposto sobre grandes fortunas pode ser instituído por qualquer ente federado, desde que haja lei complementar estadual regulamentando a matéria.
- (C) A competência para instituir imposto sobre grandes fortunas é privativa da União, e sua criação depende de lei complementar federal.
- (D) A competência tributária dos Estados é concorrente com a da União, razão pela qual o tributo estadual seria constitucional.
- (E) A Constituição Federal atribui competência supletiva aos Estados para instituir tributos sempre que a União se omitir.

38

O Município de Serra Alta decidiu editar lei criando uma polícia municipal armada, com o objetivo de atuar no policiamento ostensivo e na prevenção de crimes. O prefeito argumentou que a segurança pública é dever de todos os entes federados, e que a criação da polícia municipal não violaria a autonomia dos Estados. O Ministério Público ingressou com ação direta de inconstitucionalidade.

Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Município pode criar polícia própria, desde que o efetivo seja limitado e a atuação restrita ao território municipal.
- (B) A segurança pública é competência comum dos entes federados, razão pela qual o Município pode instituir órgãos de polícia ostensiva.
- (C) O Município pode criar apenas a Guarda Municipal, responsável pela proteção de bens, serviços e instalações municipais, e não uma polícia armada.
- (D) O Município, enquanto ente autônomo, possui liberdade para criar qualquer órgão de segurança pública, desde que haja interesse local.

- (E) A Constituição Federal delega aos Municípios a competência para organizar forças policiais preventivas e investigativas, desde que aprovadas pela Câmara Municipal.

39

Durante uma crise política em determinado município paulista, o Governador do Estado determinou intervenção municipal, alegando violação a princípios constitucionais e descumprimento de decisão judicial. A medida foi questionada por partidos de oposição, que alegaram abuso de poder e falta de competência do Chefe do Executivo estadual para decretar tal intervenção sem prévia autorização do Poder Legislativo.

Considerando o disposto no artigo 47 da Constituição do Estado de São Paulo e na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Governador do Estado possui competência privativa para decretar e executar intervenção nos Municípios, desde que observadas as hipóteses e o procedimento previstos nas Constituições Federal e Estadual.
- (B) A intervenção em municípios paulistas somente pode ser decretada pelo Presidente da República, uma vez que envolve violação a princípios constitucionais.
- (C) O Governador pode decretar intervenção municipal de ofício, sem necessidade de qualquer controle posterior do Legislativo ou do Judiciário.
- (D) Compete ao Tribunal de Justiça decretar intervenção municipal, mediante provocação do Governador.
- (E) A intervenção municipal é competência exclusiva da Assembleia Legislativa, cabendo ao Governador apenas sua execução.

40

Durante a tramitação de um projeto de lei na Assembleia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) emitiu parecer pela inconstitucionalidade material da proposta, alegando que ela violava direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. O autor do projeto questionou o parecer, afirmando que somente o Poder Judiciário teria competência para declarar a inconstitucionalidade de leis.

Com base na Constituição Federal e na sistemática do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) As Comissões de Constituição e Justiça exercem controle de constitucionalidade prévio e político, no âmbito do Poder Legislativo, não vinculando os demais Poderes.
- (B) O parecer da Comissão de Constituição e Justiça equivale à declaração judicial de inconstitucionalidade, produzindo efeitos erga omnes e vinculantes.
- (C) O controle de constitucionalidade realizado pelas comissões legislativas é represado, ou seja, somente ocorre após a sanção e promulgação da lei.
- (D) O exame de constitucionalidade pelas comissões legislativas tem natureza jurisdicional, sendo irrecorrível no âmbito do processo legislativo.
- (E) O controle de constitucionalidade é função exclusiva do Poder Judiciário, sendo inconstitucional a atuação preventiva das comissões legislativas.

Direito Administrativo**Maria Júlia****41**

Durante operação de fiscalização ambiental, agentes de autarquia federal apreenderam produtos químicos armazenados irregularmente, sem recorrer ao Poder Judiciário. O proprietário questionou o ato alegando violação à propriedade privada.

Considerando os atributos do poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato é inválido, pois a apreensão exige ordem judicial prévia.
- (B) A atuação é legítima e decorre do atributo da auto-executoriedade, que permite agir sem autorização judicial.
- (C) A conduta é irregular, pois o poder de polícia exige o prévio contraditório e ampla defesa antes da medida.
- (D) O ato é válido apenas se houver lei específica delegando competência à autarquia.
- (E) A medida decorre do atributo da coercibilidade, pois impõe obrigação ao particular.

42

O diretor de uma autarquia federal revogou ato administrativo que havia concedido autorização para exploração de quiosques em área pública, alegando que, embora o ato fosse legal, sua manutenção se tornara inconveniente diante de novo plano urbanístico. Os permissionários alegaram direito adquirido e pleitearam indenização pelos investimentos realizados.

Considerando a teoria dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato de revogação é inválido, pois só é cabível em atos ilegais.
- (B) A revogação é legítima, mas gera direito à indenização pelos prejuízos comprovadamente sofridos.
- (C) A revogação é ato vinculado, impondo ao administrador a obrigação de indenizar.
- (D) A revogação é nula, pois a Administração não pode anular ato perfeito e legal.
- (E) O ato de revogação é inválido, pois somente o Poder Judiciário pode afastar atos administrativos.

43

Situação hipotética: Durante discurso proferido no plenário da Assembleia Legislativa, um Deputado Estadual fez falsas acusações contra um cidadão, imputando-lhe a prática de crimes. O ofendido, sentindo-se lesado, propôs ação de indenização por danos morais contra o Estado-membro, com fundamento na responsabilidade civil objetiva prevista no art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

Com base no entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta.

- (A) A imunidade material dos parlamentares, embora prevista constitucionalmente, não afasta qualquer pretensão indenizatória em face do ente público, na medida em que se trata de causa excludente da responsabilidade civil objetiva estatal.
- (B) O Estado deve indenizar o ofendido, pois o deputado é agente político integrante da estrutura estatal.
- (C) A imunidade material é absoluta e protege o parlamentar em qualquer contexto, ainda que fora do exercício da função.
- (D) A imunidade material impede a responsabilização penal, mas não a civil.
- (E) A imunidade material impede qualquer responsabilidade civil do Estado, mas não afasta a possibilidade de indenização pessoal pelo parlamentar.

44

Durante investigação de fraudes em licitações, constatou-se que uma sociedade de economia mista estadual contratava empregados sem concurso público, alegando natureza empresarial da atividade. O Tribunal de Contas do Estado determinou a anulação das contratações e a adoção de concurso. A empresa ajuizou ação, sustentando que, por exercer atividade econômica em sentido estrito, não se sujeita ao regime jurídico-administrativo. Considerando o regime jurídico híbrido das entidades da Administração indireta, é correto afirmar que:

- (A) A sociedade de economia mista, por ter natureza privada, não está sujeita ao concurso público.
- (B) O regime celetista dispensa o concurso, pois o vínculo é contratual, e não estatutário.
- (C) As sociedades de economia mista integram a Administração direta, sujeitando-se ao regime estatutário.
- (D) A exigência de concurso público, que decorre do texto constitucional, é aplicável às entidades controladas pelo Poder Público.
- (E) O Tribunal de Contas extrapolou sua competência, pois não pode impor obrigações a pessoas de direito privado.

45

O governador de determinado Estado, em período pré-eleitoral, utilizou aeronave oficial para deslocamento a evento político-partidário. Em sua defesa, alegou que estava a serviço da administração pública e que não houve prejuízo aos cofres públicos, pois o custo da viagem já estava previsto no orçamento.

Com base na Lei n. 8.429/1992 (com alterações da Lei n. 14.230/2021) e na jurisprudência do STF e STJ, é correto afirmar que:

- (A) A conduta é lícita, pois o gasto estava previsto no orçamento e não há dano comprovado.
- (B) A ausência de dano ao erário afasta a configuração de improbidade administrativa.
- (C) O ato pode configurar improbidade por violação aos princípios da moralidade e impessoalidade, desde que comprovado dolo.
- (D) A responsabilidade é objetiva, bastando a utilização indevida de bem público.
- (E) A conduta é mera infração ética, sem repercussão jurídica no campo da improbidade.

46

Durante a fase preparatória de uma licitação para construção de uma escola pública, o engenheiro responsável apresentou um documento contendo levantamentos topográficos, sondagens geotécnicas, soluções técnicas detalhadas e o orçamento global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços. Tal documento permite avaliar a viabilidade técnica, o impacto ambiental e o custo da execução. Trata-se de do:

- (A) Projeto executivo.
- (B) Termo de referência.
- (C) Projeto básico.
- (D) Estudo técnico preliminar.
- (E) Plano de execução contratual.

LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais)**Leonardo Vasconcelos****47**

Um órgão estadual de fiscalização, no exercício de suas competências legais, necessita realizar o tratamento de dados pessoais de contribuintes para identificar possíveis irregularidades fiscais. O tratamento envolve a coleta e análise de informações provenientes de diferentes bases de dados governamentais.

Considerando as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018) sobre o tratamento de dados pelo Poder Público (Capítulo IV), assinale a afirmativa correta.

- (A) O órgão de fiscalização deve obter o consentimento explícito de cada contribuinte antes de iniciar o tratamento de seus dados, mesmo que a finalidade seja a execução de sua competência legal.
- (B) O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público para fins de fiscalização é vedado pela LGPD, por violar o direito fundamental à privacidade.
- (C) O tratamento de dados pessoais é permitido ao Poder Público para o atendimento de sua finalidade pública e execução de suas competências legais, devendo ser informado ao titular, resguardado o segredo de justiça ou de investigação.
- (D) O compartilhamento desses dados com outros órgãos públicos é permitido sem necessidade de qualquer formalidade, bastando a solicitação verbal entre os gestores.
- (E) O Poder Público está dispensado de observar os princípios da finalidade e da necessidade ao tratar dados pessoais para fins de fiscalização, dada a supremacia do interesse público.

48

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018 - LGPD) estabelece diretrizes específicas para o tratamento de dados pessoais realizado por pessoas jurídicas de direito público. Um órgão da administração estadual, ao tratar dados de cidadãos para fins de prestação de um serviço público essencial, deve observar essas regras.

Nesse contexto, de acordo com o Capítulo IV da LGPD, é correto afirmar que

- (A) o Poder Público está dispensado de cumprir os princípios da LGPD, como o da transparência, quando o tratamento de dados for para segurança pública.
- (B) o compartilhamento de dados pessoais entre órgãos públicos distintos é sempre proibido, mesmo que para a execução de políticas públicas.
- (C) é vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto em casos específicos previstos em lei ou com consentimento do titular.
- (D) dados pessoais sensíveis, como os de saúde, não podem ser objeto de tratamento pelo Poder Público em nenhuma hipótese, devendo ser imediatamente anonimizados.
- (E) a nomeação de um Encarregado pelo tratamento de dados pessoais é obrigatória apenas para os órgãos públicos federais, sendo facultativa para os estaduais e municipais.

Administração Pública e Políticas Públicas**Leonardo Albernaz****49**

Em abordagens clássicas do ciclo de políticas, costuma-se representar fases encadeadas e interativas, como agenda, formulação, decisão, implementação, avaliação. Considerando limites e utilidade prática desse modelo, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A passagem entre as fases não é linear e existem interseções entre elas.
- (B) A avaliação pode retroalimentar qualquer fase, ajustando desenho, execução e critérios de sucesso.
- (C) A construção de agenda depende de atenção política, capacidade técnica e viabilidade de implementação.
- (D) A formulação de alternativas é um processo essencialmente técnico, isento de valores e conflitos distributivos.
- (E) A implementação envolve burocracias de nível de rua e arranjos interorganizacionais que moldam resultados.

50

Uma secretaria precisa decidir como institucionalizar a avaliação dentro do ciclo. Sobre encaixe entre fases e instrumentos, assinale a alternativa correta.

- (A) Auditorias de conformidade substituem avaliações somativas, pois ambas emitem julgamento de mérito.
- (B) Avaliações *ex ante* devem ocorrer apenas após a implementação inicial, quando houver dados de rotina consolidados.
- (C) Monitoramento de processo é suficiente para inferir impacto quando há séries longas.
- (D) A construção de agenda prescinde de evidências, pois é predominantemente formada pela interação política entre os atores e grupos de interesse.
- (E) Avaliações de implementação ajudam a interpretar resultados nulos e orientar ajustes operacionais.

51

Na temática contemporânea de planejamento estratégico em organizações, considerando seus conceitos e componentes, analise as alternativas e marque a opção **incorreta**.

- (A) Missão descreve razão de existir; visão projeta estado futuro desejado; valores orientam a conduta.
- (B) Objetivos estratégicos devem ser formulações amplas e inspiracionais, sem a utilização de métricas nessa etapa, que podem engessar a gestão.
- (C) Indicadores e metas conectam objetivos à execução, permitindo priorização e *accountability*.
- (D) Análise de ambiente subsidia escolhas estratégicas e gestão de riscos.
- (E) Desdobramentos táticos e operacionais tornam a estratégia executável em projetos e processos de trabalho.

52

No processo de planejamento, as organizações devem evitar “planejamento de prateleira”. Sobre diagnóstico e alinhamento estratégico, assinale a alternativa correta.

- (A) Cenários devem ser projetivos e determinísticos, eliminando as incertezas do processo decisório.
- (B) Mapas estratégicos descrevem relações causais entre objetivos e, nessa etapa, não incluem ainda os indicadores de desempenho.
- (C) Seleção de objetivos deve ignorar capacidades e restrições regulatórias, para não limitar a ambição estratégica.
- (D) Priorização deve considerar materialidade, risco e capacidade de implementação, articulando escolhas a custos e benefícios esperados.
- (E) Valores institucionais bastam para orientar execução quando não houver indicadores disponíveis.

53

Para apoiar uma diretoria que quer institucionalizar o PDCA como rotina de gestão, e sempre considerando propósitos e artefatos típicos do ciclo, analise as assertivas seguintes e identifique o que **não** se pode afirmar.

- (A) No “Plan” definem-se problema, meta, indicador, análise de causas e plano de ação.
- (B) No “Do” executam-se as ações e registra-se a implementação, preservando rastreabilidade.
- (C) No “Check” comparam-se resultados com metas, analisam-se desvios e causas.
- (D) No “Act” padronizam-se práticas bem-sucedidas, ajustam-se processos e realimentam-se planos e metas.
- (E) No “Plan” incluem-se as ações de capacitação para realizar os objetivos selecionados.

54

Considerando as definições correntes sobre governabilidade e governança, assinale a alternativa correta.

- (A) Governança corresponde à autoridade política de um governo.
- (B) Governabilidade relaciona-se à articulação entre governo e sociedade para formular, implementar e avaliar políticas públicas.
- (C) Governança refere-se às relações entre executivo e legislativo, permitindo a tomada de decisões consideradas válidas em dado contexto.
- (D) Governança organiza instâncias, responsabilidades e regras, enquanto governabilidade lida com construção de coalizões, negociação e base de apoio.
- (E) Quando há governabilidade, necessariamente há governança, sendo ambas entendidas como capacidades governativas.

Legislação institucional da CGE-SP e mecanismos de integridade

Ismael Noronha

55

Segundo a Lei Complementar 1.419/24, a CGE-SP coordena e responde pelos seguintes Sistemas do Poder Executivo, exceto:

- (A) Sistema de Controle Interno.
- (B) Sistema de Ouvidoria.
- (C) Sistema de Corregedoria.
- (D) Sistema de Moralidade.
- (E) Sistema de Transparência.

56

Segundo o Decreto n. 68.829/2024, que dispõe sobre vedação, medidas de prevenção e detecção do nepotismo e de responsabilização de servidores e agentes públicos no âmbito da Administração Pública estadual direta e autárquica, marque a alternativa **incorreta**.

- (A) As nomeações ou designações recíprocas envolvendo pelo menos um órgão ou entidade da Administração Pública estadual também configuram a prática de nepotismo.
- (B) O nepotismo viola os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, e configura ato de improbidade administrativa.
- (C) A apuração de ocorrência de nepotismo e da violação das vedações deste decreto dar-se-á no âmbito da Corregedoria Geral do Estado.
- (D) Não se incluem nas vedações deste decreto, as nomeações, designações ou contratações de pessoa, ainda que sem vínculo efetivo com a Administração Pública, para a ocupação de cargo em comissão, função de confiança ou emprego de nível hierárquico mais alto que o da outra autoridade conflitante.

(E) É vedada a nomeação, designação ou contratação de parente de autoridade no âmbito de sua área de influência, independentemente de valimento do cargo ou função, da finalidade de obtenção de proveito ou benefício indevido, ou de violação dolosa aos deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade.

57

O Decreto n. 69.475/2025 dispõe sobre a divulgação de compromissos públicos e a concessão de hospitalidades, brindes e presentes a agentes públicos da Administração Pública estadual. Ficam obrigados à divulgação da agenda de compromissos públicos os agentes públicos ocupantes dos seguintes cargos, funções ou empregos, exceto:

- (A) Secretário de Estado.
- (B) Auditores de Controle Interno.
- (C) Procurador-Geral do Estado.
- (D) Superintendente, Presidente ou autoridade equivalente no âmbito da Administração Pública indireta.
- (E) Controlador Geral do Estado.

58

De acordo com o Decreto n. 68.159/2023, que institui a política de governança na administração pública direta e autárquica do Estado, assinale a alternativa correta que indica a quem compete implementar mecanismos, instâncias e práticas de governança em conformidade com as diretrizes e princípios estabelecidos nesse decreto.

- (A) Órgão de controle interno.
- (B) Corregedoria.
- (C) Ouvidoria.
- (D) Alta administração.
- (E) Procuradores do Estado lotados no órgão.

59

A Política de Dados Abertos prevista no Decreto 68.769/2024 é regida pelos seguintes princípios e diretrizes, exceto:

- (A) a observância da publicidade das bases de dados como preceito geral, respeitada a privacidade dos dados pessoais sensíveis, e do sigilo como exceção.
- (B) a garantia de acesso irrestrito aos dados abertos da Administração Pública direta e autárquica.
- (C) a descrição das bases de dados, com informação suficiente para a compreensão de eventuais ressalvas quanto à sua qualidade e integridade.
- (D) a completude e interoperabilidade das bases de dados, as quais devem ser disponibilizadas em sua forma primária, com o maior grau de granularidade possível, ou referenciando as bases primárias, quando disponibilizadas de forma agregada.
- (E) a manutenção de sigilo sobre o responsável pela publicação, atualização, melhoria e manutenção dos dados abertos para garantir sua segurança.

60

O Decreto n. 69.122/2024, que dispõe sobre a apuração preliminar e o termo de ajustamento de conduta (TAC), estabelece várias regras sobre o TAC, com exceção da seguinte:

- (A) O prazo de cumprimento do TAC não poderá ser inferior a 1 (um) e nem superior a 2 (dois) anos.
- (B) O cumprimento das condições do TAC implicará a extinção da punibilidade.
- (C) No caso de descumprimento do TAC, ou cometimento de nova falta funcional durante o prazo de cumprimento do ajuste, a autoridade encarregada da fiscalização providenciará, se necessário, a conclusão da apuração preliminar e informará à autoridade competente para que esta delibere sobre a instauração do procedimento disciplinar cabível.
- (D) É condição para celebração do TAC o comprometimento do servidor em ajustar sua conduta e a reparação do dano, se houver. Contudo, diante da presunção de inocência assegurada pela Constituição Federal, a celebração do TAC não pressupõe a assunção pelo servidor da responsabilidade pela prática da irregularidade a que deu causa.

- (E) O TAC não poderá ser celebrado em casos puníveis com a aplicação de pena de demissão, demissão a bem do serviço público e cassação de aposentadoria.

Auditoria Governamental e Controle Interno

Cosme Sérgio

61

- A Controladoria Geral do Estado de São Paulo (CGE-SP) está elaborando o Plano Anual de Auditoria Baseado em Riscos (PAABR) para 2026. Durante a construção da matriz de riscos, a equipe deve compatibilizar o apetite ao risco do Poder Executivo com a seleção dos objetos de auditoria. De acordo com a Orientação Prática – Roteiro para Elaboração de Planos de Auditoria Baseada em Riscos (Resolução CGE n. 15/2023), assinale a alternativa que indica o passo essencial para justificar a priorização.
- (A) Ordenar aleatoriamente os processos críticos e selecionar os três primeiros.
- (B) Classificar probabilidades apenas por percepção do auditor responsável.
- (C) Evidenciar critérios de priorização com base em impacto, probabilidade e controles mitigadores.
- (D) Tomar como base exclusiva o volume orçamentário do órgão.
- (E) Excluir riscos estratégicos por dependerem da alta administração.

62

- Em auditoria interna governamental, o relatório consolidado de uma auditoria operacional sobre compras de medicamentos descreveu condição, critério, causa, efeito e recomendação. Esse encadeamento é exigido pelo Roteiro para Relatório de Auditoria (Res. CGE n. 16/2023). Assinale a alternativa que indica qual par corresponde corretamente a “critério” e “efeito” nesse contexto.
- (A) Critério: achado; efeito: norma descumprida.
- (B) Critério: referência normativa/padrão desejado; efeito: consequência do desvio.
- (C) Critério: causa raiz; efeito: condição verificada.
- (D) Critério: recomendação; efeito: plano de ação.
- (E) Critério: descrição do processo; efeito: risco inerente.

63

- Uma auditoria sobre concessões observa fragilidades na 2ª linha de defesa (gestão de riscos e conformidade). À luz do Modelo das Três Linhas (IIA/2020), assinale a alternativa que apresenta a atribuição típica da 3ª linha, a qual deve ser preservada pela auditoria interna.
- (A) Definição dos limites de apetite ao risco.
- (B) Execução de controles operacionais.
- (C) Assessoramento jurídico em contratos.
- (D) Avaliação independente e objetiva da eficácia do gerenciamento de riscos.
- (E) Elaboração do plano tático do órgão concedente.

64

- Em revisão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo estadual, a equipe precisa verificar a aderência à Lei Complementar n. 1.419/2024 e ao Decreto n. 69.183/2024 quanto às finalidades do controle interno. Assinale a alternativa que apresenta a finalidade mais alinhada a esses normativos.
- (A) Substituir a gestão na execução orçamentária.
- (B) Promover a avaliação da legalidade, legitimidade, economicidade e dos resultados.
- (C) Impedir a atuação dos órgãos de controle externo.
- (D) Realizar consultoria jurídica de caráter vinculante.
- (E) Autorizar despesas de pequeno vulto.

65

- Na fase de planejamento de uma auditoria, o time discute materialidade. Segundo o Manual de Orientações Técnicas (Res. CGE n. 13/2023), a materialidade deve
- (A) ser um valor fixo igual para todo o Poder Executivo.
- (B) considerar apenas percentuais sobre a despesa total.
- (C) combinar critérios quantitativos e qualitativos, documentados nos papéis de trabalho.
- (D) ser definida somente ao final da execução.
- (E) ser idêntica ao conceito de relevância jurídica

66

- Uma auditoria de TI avalia controles gerais (CGTI) e controles de aplicações. Pelo Referencial Técnico (Res. CGE n. 12/2023), qual prática reforça a rastreabilidade do trabalho?
- (A) Comunicação verbal dos testes ao gestor auditado.
- (B) Papéis de trabalho com trilha lógica entre risco, procedimento, evidência e conclusão.
- (C) Uso exclusivo de checklists genéricos.
- (D) Dispensa de evidências quando há boa reputação do gestor.
- (E) Anexação de prints sem referência ao procedimento.

67

Em um trabalho de asseguarção sobre indicadores de desempenho de hospitais, a equipe decide pela modalidade de asseguarção limitada. À luz da NBC TA – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguarção, assinale a alternativa que reflete corretamente essa modalidade.

- (A) Fornece certeza absoluta sobre os indicadores.
- (B) Baseia-se em procedimentos extensos e substantivos.
- (C) Resulta em conclusão negativa, com nível de segurança moderado.
- (D) Dispensa a avaliação de riscos.
- (E) Dispensa a mensuração do objeto por critérios apropriados.

68

Ao revisar o PAABR, a CGE-SP identifica programas de alto impacto social sem avaliações recentes. No IPPF/IIA, quais elementos são orientação obrigatória para o planejamento?

- (A) Princípios fundamentais, definição de auditoria interna, código de ética e normas.
- (B) Guias suplementares e práticas recomendadas apenas.
- (C) Estudos de caso e *white papers*.
- (D) Políticas internas de RH.
- (E) Modelos de formulário de papéis de trabalho.

69

Uma auditoria concluiu que o desenho de controles é adequado, mas a execução é inconsistente. Considerando o Modelo das Três Linhas, assinale a opção que indique o foco para correção primária.

- (A) 1ª linha, responsabilização pela operação e controle.
- (B) 2ª linha, auditoria externa.
- (C) 3ª linha, gestão de riscos.
- (D) 2ª linha, execução do processo.
- (E) 3ª linha, comitê de compras.

70

No Relatório de Auditoria (Res. CGE n. 16/2023), o sumário executivo deve

- (A) trazer minuciosamente todos os testes realizados.
- (B) apresentar, de forma sintética, escopo, principais achados e recomendações-chave.
- (C) conter apenas a metodologia estatística.
- (D) substituir a carta de apresentação à autoridade.
- (E) reproduzir integralmente os papéis de trabalho.

71

Em auditoria de integridade, a equipe cruzou bases para identificar conflito de interesses em contratações. À luz da LC n. 1.419/2024, indique qual enfoque do controle interno é mais pertinente.

- (A) Exclusão do órgão do Programa de Integridade.
- (B) Avaliação da aderência a normas de integridade, com recomendação de aperfeiçoamento.
- (C) Responsabilização disciplinar direta de servidores.
- (D) Homologação de nomeações.
- (E) Julgamento de irregularidades pelo Tribunal de Contas.

72

A equipe precisa definir procedimentos compatíveis com asseguarção razoável (NBC TA). Qual combinação é mais compatível?

- (A) Indagações e analíticas apenas, sem testes.
- (B) Extensos testes substantivos, testes de controles e procedimentos analíticos robustos.
- (C) Nenhuma avaliação de risco, apenas confirmação externa.
- (D) Revisão documental superficial com amostragem mínima.
- (E) Dependência exclusiva de declarações da administração.

73

Segundo o Manual CGE 13/2023, em execução de auditoria, a seleção amostral deve

- (A) ser sempre 100% do universo.
- (B) priorizar conveniência do auditor.
- (C) alinhar-se ao risco e à materialidade, com justificativa metodológica.
- (D) ocorrer sem documentação para agilizar.
- (E) restringir-se à amostra aleatória simples.

74

Um relatório aponta a causa: “falta de segregação de funções no módulo de pagamentos”. Qual recomendação está aderente ao Referencial Técnico (Res. CGE n. 12/2023)?

- (A) Emitir parecer jurídico sobre o módulo.
- (B) Instituir controle compensatório formal e matriz de segregação, com monitoramento periódico.
- (C) Substituir toda a equipe de pagamentos.
- (D) Reduzir o número de fornecedores.
- (E) Finalizar a auditoria sem recomendações.

75

Em um plano de auditoria baseado em riscos, a equipe precisa definir objetivos de auditoria para um programa de habitação. De acordo com a Resolução CGE n. 15/2023, assinale a alternativa que apresenta a formulação mais adequada.

- (A) Verificar se o programa é bom.
- (B) Avaliar se a governança, gestão de riscos e controles asseguram entrega econômica, eficiente e eficaz de unidades habitacionais.
- (C) Confirmar se todos estão satisfeitos.
- (D) Reescrever a lei do programa.
- (E) Revisar toda a contabilidade do Estado.

76

A Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) prevê Programa de Garantia e Melhoria da Qualidade (QAIP). Em uma avaliação externa, o que se espera verificar prioritariamente?

- (A) Cumprimento das Normas do IIA e alinhamento com a definição e princípios.
- (B) Número absoluto de relatórios emitidos por ano.
- (C) Economia gerada pela auditoria em valores nominais.
- (D) Substituição de gestores da 1ª linha.
- (E) Aprovação do orçamento da auditoria sem ressalvas.

77

À luz da NBC TA – Estrutura Conceitual, qual pré-requisito deve existir para um trabalho de asseguarção sobre dados de execução de convênios?

- (A) Objeto sem critérios, pois são desnecessários.
- (B) Critérios adequados disponíveis e identificáveis para mensuração/avaliação do objeto.
- (C) Ausência de parte responsável.
- (D) Independência desnecessária do auditor.
- (E) Impossibilidade de obter evidência suficiente e apropriada

78

No Relatório de Auditoria (Res. CGE n. 16/2023), quando a administração apresenta plano de ação com prazos e responsáveis, qual encaminhamento é mais adequado?

- (A) Rejeitar o plano e encerrar o processo.
- (B) Incorporar o plano de ação no relatório e prever acompanhamento (*follow-up*) no ciclo seguinte.
- (C) Substituir as recomendações por elogios.
- (D) Retirar os achados do relatório.
- (E) Encaminhar o relatório sem ciência da autoridade.

79

Em auditoria da política de integridade, a equipe analisa o papel da auditoria interna na gestão de riscos. Qual atuação é alinhada ao IPPF e às boas práticas?

- (A) Assumir responsabilidade por identificar, avaliar e tratar os riscos operacionais.
- (B) Facilitar, aconselhar e avaliar a eficácia do ERM, mantendo independência e sem gerir riscos.
- (C) Definir o apetite a risco do Estado.
- (D) Presidir comitês de risco como função executiva.
- (E) Operar controles compensatórios permanentes.

80

Na estrutura e competências do Sistema de Controle Interno (SCI), conforme a LC n. 1.419/2024 e o Decreto n. 69.183/2024, a CGE-SP atua como órgão central. Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- (A) O SCI substitui o Tribunal de Contas em auditorias de conformidade.
- (B) A CGE-SP coordena, orienta e avalia o SCI, promovendo integração com gestão de riscos e integridade.
- (C) O SCI delibera sobre o mérito de políticas públicas.
- (D) O SCI executa políticas setoriais em nome dos órgãos.
- (E) O SCI aprova editais de licitação.

Administração Financeira e Orçamentária e Finanças Públicas

Anderson Ferreira

81

O orçamento base-zero é uma metodologia de elaboração orçamentária que busca revisar e justificar detalhadamente todas as despesas governamentais, a cada exercício financeiro, sem tomar como base o orçamento do exercício anterior. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) O orçamento base-zero parte das dotações orçamentárias do exercício anterior, realizando apenas ajustes marginais conforme as novas metas fiscais.
- (B) No orçamento base-zero, cada unidade administrativa deve justificar suas despesas a partir do valor histórico, considerando a variação inflacionária e o crescimento econômico.
- (C) O orçamento base-zero dispensa a justificativa detalhada das despesas correntes, concentrando-se apenas na criação de novos programas e projetos.
- (D) O orçamento base-zero exige a análise e a justificativa de todas as despesas, permitindo a eliminação de gastos ineficientes e a realocação de recursos conforme prioridades governamentais.
- (E) O orçamento base-zero é aplicado apenas em situações de calamidade pública, quando há necessidade de reprogramação imediata das ações governamentais.

82

Considerando a definição de orçamento participativo, assinale a alternativa que melhor o caracteriza.

- (A) É um modelo em que a participação é restrita aos Poderes Legislativo e Executivo, sem envolvimento direto da população.
- (B) Prioriza a participação direta da população na definição de prioridades e na alocação de parte dos recursos do orçamento, por meio de audiências, conferências e conselhos.
- (C) Substitui as instâncias representativas (vereadores, deputados) por comitês populares com poder decisório pleno sobre todo o orçamento.
- (D) Limita-se a procedimentos técnicos internos do Executivo, privilegiando exclusivamente a eficiência administrativo-contábil.
- (E) Consiste em um método de revisão anual que elimina direitos adquiridos, impondo a reavaliação completa de todas as rubricas orçamentárias.

83

No âmbito da LDO da União, o Anexo de Metas Fiscais deve conter informações agregadas sobre as metas e a evolução das principais grandezas fiscais. Entre os itens a seguir, assinale aquele que **corretamente integra o Anexo de Metas Fiscais**, conforme a LRF.

- (A) Avaliação dos passivos contingentes e plano de ações para mitigá-los.
- (B) Projeção das metas anuais de receitas, despesas, resultado primário e montante da dívida pública para o exercício e para os dois subsequentes.
- (C) Objetivos e metas da política monetária e metas de inflação.
- (D) Relação pormenorizada de todas as despesas com serviços da dívida e as receitas que as atenderão.
- (E) Relação detalhada das medidas de compensação para todas as renúncias de receita previstas no exercício.

84

De acordo com a Constituição Federal e as normas de direito financeiro, as leis do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e orçamentária anual devem manter:

- (A) independência técnica e administrativa, sem necessidade de compatibilidade entre si.
- (B) interdependência formal, mas sem integração de metas e objetivos.
- (C) compatibilidade e harmonia, de modo que as metas da LDO e os programas da LOA estejam vinculados às diretrizes do PPA.
- (D) identidade de conteúdo e vigência, uma vez que todas abrangem o mesmo período de execução.
- (E) vinculação exclusiva à execução financeira, sem relação com o planejamento governamental.

85

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que a dívida consolidada líquida de cada ente federativo deve observar limites fixados pelo(a)

- (A) Congresso Nacional, sob proposta do Ministério da Fazenda.
- (B) Secretaria do Tesouro Nacional, por meio de portaria.
- (C) Banco Central, conforme as diretrizes da política monetária.
- (D) Senado Federal, mediante resolução.
- (E) Tribunal de Contas da União, após parecer do Poder Executivo.

86

Durante o processo legislativo orçamentário, o Poder Legislativo pode propor emendas ao projeto da lei orçamentária anual. De acordo com a Constituição Federal, essas emendas

- (A) podem ser apresentadas livremente, sem necessidade de compatibilidade com o PPA e a LDO.
- (B) devem indicar os recursos necessários, admitidos apenas provenientes de anulação de despesas.
- (C) podem criar novas fontes de receita tributária.
- (D) podem alterar livremente a programação financeira da União.
- (E) são aprovadas automaticamente, se compatíveis com o plano de governo.

87

De acordo com a Lei n. 4.320/1964, os créditos extraordinários são destinados a despesas

- (A) sem dotação específica na LOA, mas de execução regular e previsível.
- (B) com execução urgente e imprevisível, como as decorrentes de guerra, calamidade pública ou comoção interna.
- (C) relacionadas à manutenção das atividades rotineiras da Administração.
- (D) que visem a reforçar dotações já existentes.
- (E) que criem novas ações permanentes de governo.

88

O princípio da exclusividade determina que a lei orçamentária anual contenha apenas disposições relativas à previsão da receita e à fixação da despesa. Assinale a alternativa que indica uma exceção prevista a esse princípio.

- (A) Incluir dispositivos sobre a criação de cargos públicos.
- (B) Prever o reajuste de servidores públicos.
- (C) Autorizar a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.
- (D) Fixar metas fiscais para o exercício seguinte.
- (E) Criar fundos vinculados.

89

Segundo o Manual Técnico de Orçamento (MTO) e a Lei n. 4.320/1964, as despesas de capital incluem:

- (A) os gastos com pessoal e encargos sociais.
- (B) as transferências constitucionais a estados e municípios, destinadas a cobrir despesas correntes.
- (C) os investimentos e inversões financeiras.
- (D) as despesas de custeio e manutenção de serviços públicos.
- (E) os juros e encargos da dívida.

90

A classificação da despesa pública é fundamental para o controle e a transparência da execução orçamentária. De acordo com a Lei n. 4.320/1964 e o Manual Técnico de Orçamento (MTO), a classificação econômica da despesa divide-se, basicamente, em:

- (A) despesas correntes e despesas de capital, que se distinguem conforme a destinação dos recursos e o impacto sobre o patrimônio público.
- (B) despesas fixas e variáveis, conforme o tipo de contrato administrativo utilizado.
- (C) despesas diretas e indiretas, conforme o órgão responsável pela execução.
- (D) despesas programadas e contingenciadas, conforme o estágio de execução financeira.
- (E) despesas financeiras e não financeiras, conforme a origem dos recursos arrecadados.

91

Considerando as receitas do setor público, classifique corretamente R\$ 70 milhões em alienação de bens e R\$ 50 milhões em dividendos recebidos. Assinale a alternativa correta.

- (A) R\$ 70 milhões em receita de capital e R\$ 50 milhões em receita de capital.
- (B) R\$ 70 milhões em receita corrente e R\$ 50 milhões em receita de capital.
- (C) R\$ 120 milhões em receita bruta.
- (D) R\$ 70 milhões em receita de capital e R\$ 50 milhões em receita patrimonial (corrente).
- (E) R\$ 120 milhões em receita extraordinária.

92

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sobre a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, assinale a opção correta.

- (A) É suficiente a declaração do ordenador de despesa de compatibilidade com a LDO; não se exige estimativa de impacto financeiro.
- (B) Deve ser acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que entrará em vigor e os dois seguintes, e de declaração de adequação orçamentária.
- (C) Fica dispensada qualquer exigência se a despesa for classificada como obrigatória de caráter continuado.
- (D) A estimativa do impacto é obrigatória somente para despesas de capital.
- (E) As exigências da LRF aplicam-se só a despesas do Poder Executivo, não alcançando os demais Poderes.

Legislação

Manuel Piñon

93

Acerca do conceito de déficit público, julgue:

- I – Déficit público é o nome que se dá para a situação em que o valor total das despesas públicas é maior que o valor total das receitas públicas, gerando aumento da dívida pública.
- II – O déficit público engloba diversas características do processo orçamentário, cuja análise é fundamental para a determinação das causas do “rombo”.
- III – O método de apuração do resultado fiscal chamado de “abaixo da linha” é aquele que calcula o resultado fiscal por meio da variação da dívida, sendo usado pelo Banco Central.

Acerca das assertivas acima, estão corretas:

- (A) Todas.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) Nenhuma.

94

Acerca da apuração do déficit público, julgue:

- I - O déficit primário ocorre quando os gastos do governo superam a arrecadação de tributos no período considerado.
- II - O déficit operacional inclui nos gastos o pagamento dos juros reais.
- III - Na apuração do resultado nominal, devem ser excluídos os gastos do governo com as dívidas passadas.

Acerca das assertivas acima, estão corretas:

- (A) Todas.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) Nenhuma.

95

Acerca do financiamento do déficit público, analise os itens a seguir.

- I – A receita que o governo consegue via emissão de moeda é chamada de receita de senhoriagem.
- II – A emissão de moeda ocorre por meio da criação de moeda pelo Banco Central para financiar a dívida do Tesouro Nacional.
- III – Para financiar o déficit público, o governo recorre a duas fontes de recursos: a emissão de moeda e a venda de títulos da dívida pública.

Acerca das assertivas acima, estão corretas:

- (A) Todas.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) Nenhuma.

96

Acerca do financiamento do déficit público, analise os itens a seguir.

- I – A colocação de títulos da dívida pública possibilita ao governo trocar título, ativo financeiro não monetário, por moeda que está em circulação para financiar seu déficit.
- II – A emissão de títulos da dívida pública tem como característica marcante a geração imediata de inflação.
- III – A colocação de títulos públicos à disposição no mercado impacta no total do endividamento público.

Acerca das assertivas acima, estão corretas:

- (A) Todas.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) Nenhuma.

97

Acerca dos conceitos de dívida pública no Brasil, analise os itens a seguir.

- I – A Dívida Pública Líquida é igual à Dívida Pública Bruta mais a soma dos créditos do setor público não financeiro e do Banco Central.
- II – Dívida Pública Bruta é igual à Dívida do setor público financeiro e do Banco Central.
- III – Dívida Externa Bruta é igual à soma da dívida externa bruta do setor público não financeiro do governo federal.

Acerca das assertivas acima, estão corretas:

- (A) Todas.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) Nenhuma.

98

Acerca da sustentabilidade da política fiscal, analise os itens a seguir.

- I – Como consequência principal no curto prazo de uma política fiscal expansionista, temos o aumento da taxa de desemprego.
- II – Um exemplo de política fiscal expansiva seria um aumento do gasto público financiado pela emissão de títulos do governo.
- III – Como consequências possíveis de uma política fiscal expansionista, temos o aumento da taxa de juros e o aumento do endividamento público.

Acerca das assertivas acima, estão corretas:

- (A) Todas.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) Nenhuma.

99

Acerca do sistema de planejamento e orçamento e de programação financeira, analise os itens a seguir.

- I – O Planejamento e o Orçamento têm como finalidade última a realização dos Direitos Sociais previstos em nossa Constituição Federal.
- II – A programação orçamentária e financeira consiste na adaptação do fluxo dos pagamentos ao fluxo dos recebimentos, de modo que a despesa fixada seja “adaptada” ao resultado da arrecadação do ente.
- III – A descentralização orçamentária é fundamental para a execução orçamentária.

Acerca das assertivas acima, estão corretas:

- (A) Todas.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) Nenhuma.

100

Acerca do sistema de planejamento, orçamento e de programação financeira, analise os itens a seguir.

- I – As descentralizações de créditos orçamentários são realizadas via transferências e transposições.
- II – A transposição é uma mudança entre categorias de programação dentro do mesmo órgão.
- III – O remanejamento é uma mudança dentro da mesma categoria, entre diferentes ações ou despesas.

Acerca das assertivas acima, estão corretas:

- (A) Todas.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) Nenhuma.

Avaliação de Políticas Públicas

Leonardo Albernaz

101

Em organizações públicas que operam com gestão por resultados, monitoramento e avaliação cumprem funções distintas e complementares na tomada de decisão. Considere um programa nacional com milhares de unidades executoras, metas plurianuais e riscos operacionais relevantes. À luz de boas práticas de M&A, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O monitoramento deve prover sinais frequentes sobre insumos, processos e produtos, sustentados por metadados que assegurem comparabilidade entre unidades.
- (B) A avaliação, ao investigar mecanismos de mudança e efeitos, tende a ocorrer em ciclos menos frequentes, com desenhos explícitos e critérios de validade.
- (C) A avaliação deve ser independente e, portanto, não deve utilizar os dados de monitoramento, que usualmente introduzem vieses administrativos.
- (D) Um bom desenho institucional de retroalimentação do processo decisório integra evidências do monitoramento e da avaliação.
- (E) Em políticas complexas, usar painéis de monitoramento para disparar avaliações temáticas pode antecipar correções de rumo.

102

Uma secretaria deseja reforçar a governança de M&A com foco no uso das evidências. Nesse contexto, acerca dos arranjos institucionais, analise as alternativas seguintes e assinale a correta.

- (A) A independência técnica exige isolamento dos avaliadores em relação aos gestores, evitando qualquer interação durante o ciclo.
- (B) Perguntas avaliativas devem ser definidas apenas ao final do exercício orçamentário, quando os resultados já forem ao menos parcialmente conhecidos.
- (C) Políticas públicas informadas por evidências não eliminam os vieses e preferências políticas dos decisores e atores envolvidos.
- (D) É recomendável blindar a matriz de indicadores por leis ou regulamentações, para impedir revisões intempestivas que comprometam a série histórica.
- (E) A teoria de mudança é pertinente na fase de avaliação, sendo pouco útil no desenho do monitoramento.

103

Considere um painel nacional de indicadores voltado ao acompanhamento de políticas públicas. Assinale a alternativa que **não** apresenta uma afirmação correta sobre a qualidade e o uso de indicadores de monitoramento.

- (A) A definição operacional deve explicitar fórmula de cálculo, universo, unidade de medida, periodicidade, fonte e regras de desagregação.
- (B) Indicadores de processo e de produto não bastam para inferir efetividade.
- (C) Informações sobre cobertura, atrasos, quebras de série e validação são indispensáveis à interpretação dos indicadores.
- (D) A escolha por metas fáceis (*sandbagging*) melhora a acurácia do monitoramento e da tomada de decisão, ao reduzir volatilidade e incerteza.
- (E) Séries consistentes permitem detectar outliers e rupturas, informando riscos de implementação.

104

Sobre as conexões entre monitoramento e gestão, identifique a alternativa correta.

- (A) O monitoramento deve se restringir à conformidade entre processos e planos, cabendo às avaliações a aferição de desempenho.
- (B) O monitoramento pode permitir correção de rumos pela gestão, mesmo sem avaliações formais que aprofundem o entendimento das medições.
- (C) Não se deve reprogramar metas no meio do ciclo, o que violaria o princípio de consistência intertemporal.
- (D) A comparação entre pares (*benchmarking*) é inadequada em políticas públicas, devido às diferenças contextuais inevitáveis.
- (E) Painéis com poucas métricas, ainda que sem qualidade de dados comprovada, são preferíveis a sistemas robustos que demorem a ficar prontos.

105

Antes de lançar um subsídio setorial, a equipe deve realizar uma análise *ex ante*. Sobre diferenças e complementaridades entre *ex ante* e *ex post*, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A análise *ex ante* explicita a teoria de mudança, estima custos, riscos e benefícios esperados e define indicadores de sucesso.
- (B) A análise *ex post* examina implementação, mecanismos e efeitos realizados, podendo revisar a teoria de mudança.
- (C) A análise *ex ante* lida inevitavelmente com incerteza; por isso, cenários e análise de sensibilidade são centrais.
- (D) A análise *ex ante* não é cabível quando se estudam mudanças na elegibilidade de uma política pública.
- (E) A qualidade da análise *ex post* pode ser afetada, em parte, pela qualidade do desenho feito *ex ante*.

106

Em um ciclo de políticas orientado a resultados, a avaliação de impacto busca responder em que medida uma intervenção gerou mudanças na população-alvo. Considerando os princípios conceituais que a distinguem de monitoramento e de outras abordagens avaliativas, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A avaliação de impacto deve diferenciar atribuição (efeitos causados pela intervenção) de contribuição (papel da intervenção em meio a outros fatores), declarando as limitações dessa distinção.
- (B) Mesmo sem cálculos complexos, é indispensável uma lógica contrafactual explícita – o que se esperaria sem a intervenção – para sustentar afirmações sobre impacto.
- (C) Medidas de processo e produto são úteis, mas não bastam para concluir impacto; é preciso observar resultados junto à população-alvo, alinhados à teoria de mudança.
- (D) A avaliação de impacto prescinde de teoria da mudança, utilizando métodos quase-experimentais para inferir a causalidade.
- (E) Uma boa avaliação de impacto considera efeitos não intencionais (positivos/negativos), distribuição dos efeitos entre subgrupos e possíveis vazamentos que distorçam a leitura dos resultados.

107

Uma secretaria quer decidir entre escalar, ajustar ou encerrar um programa após três anos de execução. Sobre quando e para quê realizar avaliação de impacto, assinale a alternativa correta.

- (A) Avaliação de impacto deve ser feita sempre após o primeiro ano, pois resultados iniciais já refletem plenamente os efeitos esperados.
- (B) A avaliação de impacto é mais útil quando explicita a população-alvo, janela temporal compatível com os efeitos, resultados prioritários e possíveis efeitos colaterais.
- (C) Ao focar na causalidade, a avaliação de impacto substitui avaliações de eficiência, sendo mais apropriada para informar decisões.
- (D) Para ser legítima, a avaliação de impacto precisa ser capaz de converter os efeitos em termos monetários, para fins de análises custo-benefício.
- (E) Se a implementação foi frágil e os resultados são nulos, a avaliação de impacto é desnecessária, indicando que o problema foi de desenho ou execução.

108

Acerca dos diferentes tipos de avaliação quanto ao objetivo, escolha a alternativa correta sobre avaliações formativas e somativas.

- (A) A avaliação formativa é mais apropriada ao longo da implementação, para ajustar o desenho da política pública; a somativa, ao final de um ciclo, para julgar valor e subsidiar decisões de escala ou encerramento.
- (B) A avaliação somativa deve evitar julgamentos de mérito, propondo-se a identificar formas de redesenhar a ação governamental.
- (C) A avaliação formativa ignora critérios explícitos de qualidade por ser de natureza exploratória.
- (D) A avaliação formativa substitui o monitoramento quando o programa atinge maturidade.
- (E) A avaliação formativa visa aferir os resultados obtidos a partir da formação estável do programa.

109

Em avaliações orientadas para o uso, diferentes abordagens respondem a tipos distintos de perguntas e oferecem forças complementares, assim como limites próprios. Assinale a alternativa **incorreta** sobre essas características.

- (A) Estudos quantitativos bem desenhados favorecem a generalização estatística para populações-alvo quando pressupostos e amostragem são adequados.
- (B) Estudos qualitativos aprofundam mecanismos, significados e contextos, contribuindo para explicações sobre como e por que determinados resultados foram alcançados.
- (C) Se um estudo quantitativo tem alta validade interna, ele autoriza generalização analítica a outros contextos da mesma política pública.
- (D) Métodos combinados somam forças, permitindo estimar magnitudes do desempenho e explorar mecanismos e condições subjacentes.
- (E) A escolha entre abordagens quantitativas e qualitativas depende do tipo de questão que se pretende responder na avaliação.

110

Considere como exemplo uma política de vacinação, que define metas de doses aplicadas e redução de internações. Sobre a aplicação de conceitos sobre as dimensões do desempenho, assinale a alternativa correta.

- (A) Eficiência mede o alcance de metas, independentemente de custos.
- (B) Eficácia, em políticas públicas, é sinônimo de efetividade em qualquer contexto real.
- (C) Efetividade refere-se ao grau em que resultados desejados ocorrem na população-alvo, em condições reais de implementação.
- (D) Eficiência técnica e alocativa são idênticas, pois ambas se resumem a consumir menos recursos.
- (E) Eficácia sempre deve ser medida por meio de ensaios randomizados.

111

Para acompanhar um programa de formação docente, a equipe responsável pelo programa propôs a adoção de indicadores de desempenho. Nesse contexto, analise as alternativas e assinale o item **incorreto**.

- (A) “% de escolas com pelo menos 80% dos docentes certificados no módulo X até dezembro/2026” é um indicador melhor que “professores treinados”, pois inclui universo, limiar e prazo.
- (B) Indicadores de insumo (gasto por aluno) e processo (horas de formação) podem ser necessários, mas não suficientes para julgar resultados educacionais.
- (C) Não se pode alterar a fórmula dos indicadores, sob pena de se quebrar a comparabilidade e a construção de séries históricas.
- (D) Desagregar por território e perfil da escola permite identificar desigualdades e priorizar suporte.
- (E) Validação amostral aumenta a confiança nos dados coletados por autorrelato.

112

Suponha que uma autarquia precisa avaliar um programa de telemedicina. Sobre métricas e interpretação, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) “Custo por consulta concluída” é métrica de eficiência; melhora se aumentamos o número de consultas com o mesmo orçamento.
- (B) “Percentual de pacientes com problema resolvido” indica uma medida de eficácia.
- (C) “Redução de tempo médio até o primeiro atendimento em áreas remotas” pode indicar padrões de qualidade.
- (D) “Satisfação do usuário” é um resultado relevante, mas não substitui métricas clínicas ou de acesso.
- (E) Sem linha de base nem grupo de comparação, é arriscado atribuir causalmente ao programa uma queda observada nas filas.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Rodrigo Machado

113

O ativo é um dos elementos das demonstrações contábeis e, para que seja reconhecido, deverá atender aos critérios definidos nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. São critérios para reconhecimento do ativo, exceto:

- (A) Deter o controle futuro do recurso que é capaz de gerar benefício econômico passado.
- (B) Capacidade de gerar benefício econômico por meio da redução de saída de caixa.
- (C) Ser decorrente de um evento passado.
- (D) Apresentar expectativa de gerar potencial de serviço para o recurso controlado pela entidade.
- (E) Possuir expectativa de gerar fluxos de caixa para a entidade que reporta a informação.

114

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), padronizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, atende à administração direta e indireta e às peculiaridades, inclusive, do regime geral de previdência social (RGPS), caso em que deve ser utilizado o:

- (A) PCASP - RPPS.
- (B) PCASP - Funpresp.
- (C) PCASP Estendido.
- (D) PCASP - RGGS.
- (E) PCASP - Siconfi.

115

Na aplicação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as entidades devem observar as regras de integridade nos lançamentos contábeis, que envolvem a adequada correspondência entre as naturezas de informação. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Reconhecer as transações patrimoniais nas classes 1 e 6 do PCASP.
- (B) Reconhecer as transações dos atos potenciais nas classes 7 e 8 do PCASP.
- (C) Quando o reconhecimento de débito ocorrer na natureza de informação patrimonial, a contrapartida será, necessariamente, na natureza de informação orçamentária.
- (D) Mecanismos que assegurem que o recurso será utilizado para o alcance dos seus objetivos.
- (E) Reconhecer as transações orçamentárias nas classes 3 e 7 do PCASP.

116

O registro da despesa orçamentária deve ocorrer no momento do:

- (A) Lançamento.
- (B) Fato gerador.
- (C) Recebimento.
- (D) Empenho da despesa.
- (E) Arrecadação da receita.

117

A despesa orçamentária é classificada em duas categorias econômicas: corrente e de capital. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a alternativa que representa uma despesa de capital.

- (A) O pagamento de 13º salário de servidores.
- (B) A aquisição de parte de capital de uma empresa estatal.
- (C) O pagamento de serviços terceirizados de limpeza e conservação.
- (D) A aquisição de 10.000 litros de combustível para a frota de máquinas da secretaria de agricultura.
- (E) O pagamento de duplicata de aquisição de pneus para viaturas da polícia militar.

118

A NBC TSP - Estrutura Conceitual estabelece os princípios e conceitos fundamentais que orientam a contabilidade aplicada ao setor público no Brasil. A norma aborda os elementos das demonstrações contábeis (ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas), os critérios de reconhecimento, de mensuração e de evidenciação, além de princípios como a relevância, a representação fidedigna e a comparabilidade, buscando promover a transparência e a *accountability* na gestão pública. Em relação à NBC TSP - Estrutura Conceitual, avalie as afirmativas a seguir.

- I – Os passivos são obrigações presentes, decorrentes de eventos futuros, dos quais se esperam benefícios econômicos e potencial de serviços.
- II – A materialidade é uma característica qualitativa da informação contábil.
- III – A tempestividade é caracterizada pela essência sobre a forma.
- IV – As variações patrimoniais diminutivas representam fatos contábeis modificativos que reduzem a situação líquida da entidade.

Considerando os itens anteriores, assinale a opção correta.

- (A) Estão corretos os itens I e II.
- (B) Os itens III e II estão corretos.
- (C) O item I está incorreto e o item III, correto.
- (D) O item IV está correto.
- (E) Os itens I, II, e IV estão corretos.

119

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a alternativa que indica a característica qualitativa que permite aos usuários comparar dois ou mais itens e identificar semelhanças e diferenças.

- (A) Representação fidedigna
- (B) Materialidade
- (C) Confiabilidade
- (D) Comparabilidade
- (E) Relevância

120

Após um incêndio que comprometeu 5 andares do prédio da secretaria municipal de educação do município de Poiquin Foiçado, o contador responsável reconheceu contabilmente a perda na capacidade operacional do ativo. O procedimento contábil realizado é denominado corretamente como:

- (A) Depreciação
- (B) Amortização
- (C) Provisão para crédito
- (D) Exaustão
- (E) Ajustes para perdas por recuperabilidade

Discursivas

Leonardo Murga

Questão 1

Nos últimos anos, a pauta da integridade pública passou a ocupar posição central na agenda das administrações estaduais e municipais, sendo reconhecida como elemento essencial da boa governança. A Lei n. 14.133/2021, ao reformar o regime de licitações e contratos administrativos, reforçou a importância de programas de integridade, gestão de riscos e controles preventivos, inclusive no âmbito dos órgãos e entidades subnacionais. No Estado de São Paulo, a Controladoria-Geral do Estado (CGE-SP) atua como órgão central do Sistema de Integridade Pública, incumbida de orientar e coordenar as unidades setoriais, promover a cultura ética e prevenir atos de fraude e corrupção. Essa atuação é estratégica para garantir que as contratações públicas estejam alinhadas aos princípios da transparência, eficiência e moralidade, evitando desperdícios e reforçando a confiança social nas instituições. Apesar dos avanços normativos, desafios persistem: fragmentação de políticas de integridade, ausência de cultura organizacional voltada à ética pública, fragilidade na gestão de riscos e resistência de gestores em adotar mecanismos preventivos.

Em um texto dissertativo-argumentativo, em língua culta e entre 30 e 60 linhas, analise a importância dos programas de integridade e da gestão de riscos na Administração Pública estadual, ressaltando o papel da CGE-SP como órgão central na coordenação dessas iniciativas. Além disso, proponha medidas que possam aperfeiçoar a cultura de integridade, prevenir fraudes e fortalecer a governança nas contratações públicas.

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

Questão 2

A transformação digital do setor público representa um dos maiores desafios contemporâneos da Administração. A adoção de tecnologias como inteligência artificial, *big data* e *blockchain* vem modificando processos administrativos, modelos de fiscalização e formas de interação com o cidadão. Nesse cenário, o controle interno assume papel essencial para garantir que a digitalização seja acompanhada de segurança da informação, proteção de dados pessoais e confiabilidade das evidências de auditoria. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018) impôs novas obrigações à Administração, exigindo a adoção de políticas de governança e mecanismos de conformidade digital. Além disso, o uso de ferramentas estatísticas como elementos preditivos da eventual malversação de recursos públicos desvela-se como fundamental para os órgãos fiscalizadores. Por outro lado, a rápida inovação tecnológica traz riscos éticos, jurídicos e operacionais: vieses algorítmicos, fragilidade na guarda de logs, vazamento de dados e opacidade nos processos automatizados de tomada de decisão. A CGE-SP, enquanto órgão central de controle interno, precisa equilibrar o incentivo à inovação com o dever de garantir segurança, integridade e transparência digital.

Em um texto dissertativo-argumentativo, em língua culta e entre 30 e 60 linhas, discorra sobre os desafios do controle interno diante da transformação digital da Administração Pública, indicando como a CGE-SP pode atuar para assegurar a governança de dados, a proteção da informação e a confiabilidade dos sistemas automatizados de auditoria.

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

GRAN XPERTS

O POTENCIAL

VOCÊ JÁ TEM.

**Nós só precisamos te mostrar,
para juntos correremos rumo
à sua aprovação.**

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts